



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IMPACTOS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Elizabeth da Silva Alcoforado¹

RESUMO

A discussão acerca das transformações no mundo do trabalho, no debate contemporâneo, e suas implicações com o Serviço Social serão abordadas neste texto, tomando com forma de desenho quatro eixos de discussão: a) as transformações em si como reflexo das transformações da acumulação capitalista centrada no capitalismo financeiro; b) os reflexos dessas transformações no mundo do trabalho e em particular na prática do Serviço Social; c) os reflexos dessa transformação apontado nas diferentes expressões da Questão Social e a insistência de alguns teóricos de enquadrar a Questão Social no manto de uma Nova Questão Social; e, por fim, na indicação do papel do serviço social a partir de propostas de formação diferenciada (formação presencial e a distância).

Palavras-Chave: Transformação econômica. Capitalismo. Questão Social.

1 INTRODUÇÃO

Pensar as transformações no mundo do trabalho, no debate contemporâneo do Serviço Social, nos leva necessariamente a questionar quais as condições objetivas realizadas por tais transformações e seus impactos para um novo processo societário. Como pontua Netto (1996), devemos pensar as transformações no mundo trabalho no debate contemporâneo do Serviço Social de modo a garantir uma perspectiva de saída crítica e reflexiva em detrimento de uma leitura fatalista com que o tema vem sendo abordado na seara acadêmica profissional. Diante disto, pelo fato de o capitalismo ser irreversível e impossível de ser eliminado pela estratégia das reformas sociais, não poderemos cruzar os braços e nos colocar como derrotados desse sistema econômico.

Desde os anos 70, as formas de produção capitalista vem sinalizando para a saída do processo concorrencial de acumulação para um novo patamar que toma a flexibilização como eixo central do processo produtivo. Sob a égide do capital financeiro, o sistema capitalista se metamorfoseia (Castel 1998), assumindo uma outra lógica de produção, de gestão do social, de compreensão das políticas públicas e, consequentemente, de formação profissional.

O capital financeiro, orquestrador desta nova mudança, põe fim à dinâmica do pleno emprego, da estabilidade salarial, dos movimentos sociais, tão bem estruturados no pacto social conduzido pelo Welfare States, nos países de capitalismo central, para agora operar por uma nova lógica: a lógica da flexibilização. Tais mudanças na ordem econômica promovem ingerências profundas no campo da produção, do social, do político e da subjetividade (FALEIROS, 1996).

A internacionalização do capital financeiro tem seu escopo no processo de globalização que visa garantir a produção e a lucratividade dentro de uma lógica de redução de custos. Neste sentido, algumas mudanças se fazem presentes para atingir tal objetivo, dentre elas, o investimento na mudança na estrutura produtiva da mecânica para a mecatrônica (tecnologia de ponta). O investimento em tecnologia passa a fazer parte da estrutura produtiva, substituindo paulatinamente o trabalho vivo pelo trabalho morto (MARX, 2003), sem contudo se afastar da lei geral de acumulação do capital. Muito pelo contrário, o

¹ bethalcoforado@uol.com.br - UFPB/UPE.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

aumento do exército de reserva, promovido pelas inovações tecnológicas, faz parte do processo de acumulação capitalista, que teve, no século XIX, a pauperização como expressão e indícios da questão social e hoje tem a precarização das camadas sociais, e as diversas expressões promovidas por esta precarização, como substrato das novas expressões da questão social.

2 AS TRANSFORMAÇÕES ECONOMICAS E OS IMPACTOS SOCIAIS

Como pontua Antunes (1995), há uma mudança gradual no interior da classe trabalhadora, visto que a redução quantitativa do operariado implica uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, passando a atuar como supervisor e regulador do processo de trabalho.

(...) esse sistema de flexibilização do trabalho supõe a flexibilização (ou desmontagem) dos direitos do trabalho. Um sistema de produção flexível supõe direitos do trabalho também flexíveis, ou de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos do trabalho, e se o trabalhador tem direitos “rígidos”, essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas obsta essa flexibilidade produtiva que necessita do trabalhador disponível; necessita do trabalhador parcial, do trabalhado de terceiros e do trabalho precário, dessas várias formas de trabalho que eu chamo de subtrabalho, uma subproletarização dos trabalhadores, de modo que flexibiliza e dá efetividade a um modo de produção que é essencialmente destrutivo e que também destrói a mercadoria força de trabalho. (ANTUNES, 1996, p 81).

No campo da produção, mudanças significativas ocorreram, dentre elas, o incremento tecnológico, a fusão de indústria e a constituição dos oligopólios; a terceirização da produção e a desterritorização do processo produtivo. Nesta lógica da produção flexível, temos o investimento também em produtos flexíveis o que concerne a produtos pautados na dinâmica da qualidade total, predominando a obsolescência planejada, ou seja, o tempo de vida útil dos produtos também é planejado; a produção além-mar, com a instalação de pequenas sedes em países do capitalismo periférico e, conseqüentemente, na precarização das relações de trabalho e produção, resultando no que Chesnais denominou de mundialização do capital. (CHESNAIS, 1997)

Sob a égide da flexibilização encontraremos um novo cenário nas relações de emprego para atender ao processo produtivo. Fragilizado de sua relação salarial anterior, o trabalhador, seja em países de capitalismo central ou periférico, passa a viver em condições de contratação degradante, mediante vinculações baseadas em subcontratação, terceirização, precarização das condições salariais (ANTUNES, 1995; HARVEY, 1992). Para afastar-se do signo dos “inúteis para o mundo” os trabalhadores se adaptam às novas modalidades de contratação, mesmo que isso implique desprestígio profissional, perda de direitos trabalhistas anteriormente conquistados, quebra e fragilidade da solidariedade trabalhista/operária. A dinâmica do salve-se-quem-puder (Antunes, 1995) demonstra que essa forma de vinculação da população que vive do trabalho vem promovendo um enfraquecimento e afastamento desses de suas antigas bases organizativas (conselhos, sindicatos). A relação de subalternidade toma fôlego e estabelece uma nova forma de poder nas relações contratuais, desestabilizando a forma antiga de organização política dos trabalhadores e revertendo em reflexo aos movimentos sociais organizados, haja vista a heterogeneidade e diferentes modalidades de empregabilidade, como destaca Harvey (1992).

O centro - grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico – se compõe de empregados ‘em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização’. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. Os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível (que vão dos projetos à propaganda e à administração financeira), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno. A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico. (HARVEY, 1992, p144)

Para não se enxergar como população “sobrante” ou inútil para o mundo (Castel, 1995, Rosanvallon, 1998) “vale a pena qualquer forma de trabalho”. A precarização atribuída a estas formas de trabalho afasta o trabalhador de lutas por condições de trabalho digno, bandeira de luta da classe trabalhadora nos idos dos anos de 1970/80. A classe trabalhadora que antes brigava contra a exploração da força de trabalho, hoje briga pelo direito de ser explorado, desde que isto resulte em sua inserção no mundo do trabalho.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há portanto, um processo de maior heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995, p. 41-42).

Estar em condição de pré-trabalho e ou pós-trabalho vem mexendo significativamente com a subjetividade da classe trabalhadora que tem o revólver do desemprego apontado para sua cabeça diariamente. Por outro lado, as empresas, diante a ameaça do desemprego, apelam para um outro perfil de trabalhadores mais dinâmicos e polivalentes e com maior responsabilidade individual (SEGABINAZZI, 1998).

Tais transformações têm implicações diretas no contexto social, no que diz respeito a uma grande demanda que se apresenta e que hoje se expressa de várias formas através do desemprego estrutural, violência, precarização na saúde, educação, pauperização, etc. É sob este contexto, reflexo das transformações no processo produtivo, que a questão social vai se configurando ou reconfigurando, e o atendimento dessas novas e constantes demandas é trazido para o Serviço Social como singularidades dos sujeitos que, dentro de uma totalidade social, se inserem e exigem a saída por parte destes profissionais, do Estado e da sociedade civil, a partir da proposição de políticas sociais e da efetivação de políticas públicas que venham atender às particularidades demandadas.

A reconfiguração do processo produtivo sob a orientação do capitalismo financeiro se apoia na perspectiva ideológica neoliberal, que aponta para a saída desse estado de coisas pela via do investimento pessoal e individual. Neste sentido, a sociedade orientada pela lei do mercado vê a necessidade de ter sua demanda atendida. Por outro lado, para a nova lógica, o Estado deve funcionar apenas em áreas que não forem do interesse do mercado, atuando de modo mínimo para o social e máximo para o capital com bem descreve Netto (1996).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Mencionando a sintonia brasileira com a reestruturação capitalista. Com as reservas decorrentes das observações anteriores, é indiscutível a distancia entre a nossa configuração societária e aquela da ordem tardo-burguesa do capitalismo cêntrico. (...) A internacionalização das grandes corporações transnacionais no espaço socioeconômico brasileiro, as reestruturação dos conglomerados nacionais; o intercambio econômico e científico-tecnológico com o mundo “globalizado”; as diferenciações na polarizada estrutura de classe; uma indústria cultural muito bem estruturada e monopolizada, dotada de uma mídia eletrônica com cobertura (espacial e social) inclusiva – tudo isso poe a sociedade brasileira no patamar tardo-burguês. (...) Nessa angulação, para a sociedade brasileira, o ingresso no patamar tardo-burguês significa que a “dívida social” vai combinar-se com as implicações altamente negativas que a “flexibilização” capitalista tem acarretado para os mais amplos contingentes populacionais em todos os quadrantes em que se efetiva. (NETTO, 1996, p 106).

Porém, não dá para ficar inerte às consequências promovidas pelo novo ordenamento da produção capitalista. Sendo assim, o Estado, enquanto mediador das ações entre capital e trabalho, vem promovendo intervenções a partir das políticas públicas como estratégia de neutralizar as ditas classes ou populações perigosas, discutidas por Castel (1998) e Rosanvallon (1998), não no campo da universalização, mas assumindo um caráter fragmentado, focalista e seletivo. As políticas sociais saem do patamar de direitos sociais conquistados e passam a ser operadas sob a gestão de um social que assume a política de uma cidadania invertida, ou seja, a inclusão ocorre pela exclusão. São estratégias pré-contratuais efetivadas pelo Estado, no sentido de legitimidade pessoal mediante ações clientelistas, realizando o que Sônia Fleury (1994) chama de “cidadania invertida”, ou seja, a inclusão em programas sociais por meios de mecanismos excludentes da própria cidadania, configurando-se contraditoriamente “a inclusão excludente”. (FALEIROS, 1999, p. 161).

Neste sentido, pensar as transformações no mundo do trabalho, seus reflexos no campo da produção, do social, da política e da subjetividade nos leva a perceber que a Questão Social não se apresenta como uma novidade, visto que suas bases estruturais pautadas na lei geral da acumulação capitalista não foram modificadas, mas assumem uma nova versão, adaptando-se às mudanças do capitalismo financeiro (SANTOS, 2012; PIMENTEL, 2014). As intervenções para seu enfrentamento não passam por uma atuação na base discutida por Castel (1998) e Rosanvallon (1998) em fazer o social, visto que tais propostas apontam para a reforma social ou enquadramento e consenso, repassando, em alguns momentos, para a sociedade civil a atenção das inúmeras expressões da questão social, mediante um processo de solidariedade e refilantropização que coloca o Estado e o capitalismo afastados de suas ações e intervenções (YAZBEK, 2012).

Tais operações de reforma social, apontadas pelos autores que apostam na Nova Questão Social, não possibilitam mudanças concretas, apenas arranham a superfície do capitalismo e não a sua base fundante, uma vez que não conseguem enfrentar a ordem sócio-metabólica do capitalismo (MESZÁROS, 2015).

Passando a compreender os autores que atuam na contramão da percepção reformista da questão social, encontramos a colaboração de Netto (2001), Iamamoto (2001) e Yazbek (2012) que, com suas devidas peculiaridades, são consensuais na ideia de que vivemos expressões “novas” na “velha” questão social, porém estas expressões estão vinculadas à totalidade que lhe origina e engendra, a forma de organização, produção e estruturação da sociedade capitalista.

Na concepção de Netto (1992), se a questão social se inscreve “como conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos” promovido pela lógica capitalista, se faz necessário entendê-la a partir da forma como a mesma foi pensada e implementada na Europa. Ainda de acordo com Netto (2001) a questão social apresentou-se numa concepção



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

conservadora, no sentido de combater os males sociais causados pelo desenvolvimento da economia euro-ocidental do capitalismo selvagem. Sendo assim, a questão social é enfrentada por uma forte reforma social, apoiada e utilizada pelos ideólogos e religiosos. Tal reforma social apresentava um cariz ético-moral, transclassista, de base teórico-confessional, expressa através da caridade e da solidariedade.

Em Iamamoto (2001), a questão social resulta das transformações societárias sofridas a partir da mudança da base econômica agrária para a industrial. O processo de industrialização traz no seu bojo a exploração do trabalho e a precarização da vida da população. Dessa forma, a autora alinha-se com Netto (2001), no sentido de entender a eliminação da questão social a partir da superação da ordem capitalista.

A requisição do profissional de serviço social, frente às demandas apresentadas pela questão social, no início da industrialização, hoje apresenta um maior agravamento,

(...) tempos difíceis para a defesa e organização do trabalho (...): tempos de desemprego, de subemprego, de luta pela sobrevivência no campo e na cidade e, ainda por cima, com a globalização mundial gerando novos padrões de produção e gestão do trabalho. Essas transformações, mas uma vez, têm produzido no campo social a pauperização e a exclusão social, ou seja: “ (...) o agravamento das múltiplas expressões da questão social base sócio-histórica de requisição da profissão(...)”. (IAMAMOTO, 2003, p.18 apud SILVA, 2008, p. 161).

Yazbek (2001), por sua vez, considera a questão social como conflito e antagonismo de classes determinados pela desigualdade estrutural da sociedade capitalista. Nos seus estudos, a autora aponta para a atuação da reforma social frente à questão social, no início do século XIX, sob a influência da igreja e do positivismo. Nesse sentido, as propostas reformistas visavam conter os excessos do capital, sem contudo tocar no cerne da propriedade privada. A questão social era interpretada como uma questão moral. Em seu estudo, categorias como exclusão social, pobreza e subalternidade são discutidas como suporte para compreensão do agravamento da questão social frente à modernização capitalista, as transformações no mundo do trabalho e a limitação do papel do Estado aos problemas sociais emergentes, ocorrendo uma transferência da questão social do Estado para a família, o indivíduo, à comunidade e às ONGs na atualidade.

Nessa linha de discussão, os autores supra citados, e que compõem a vanguarda do Serviço Social, apresentam distintas formas de intervenção do serviço social frente ao objeto de atuação – a questão social, contudo, sem desprezar que as raízes desta perpassam pela mesma matriz: a relação de exploração, organização e acumulação da ordem econômica capitalista. Na concepção de Netto(2001), caberá ao assistente social reatualizar-se para o seu enfrentamento, uma vez que, na sociedade capitalista, a “questão social é ineliminável porque lhe é inerente e funcional” (SILVA, 2008, P.151). Para Iamamoto (2001), faz-se necessário “um banho de realidade” dos assistentes sociais, para que possam decifrar os limites e possibilidades de intervenção, sem contudo desprezar a qualidade dos serviços prestados, a defesa pela universalização dos serviços públicos e o compromisso ético-político. Por fim, Yazbek (2001) alerta para o profissional de serviço social realizar permanentemente a leitura acerca da própria condição da profissão no cenário capitalista, entendendo a dinâmica de alargamento e limitação de intervenção frente às mudanças econômicas que se refletem nas mudanças societárias e na atuação do profissional que medeia a relação capital/trabalho, como também a própria compreensão de que, na limitação do Estado frente à questão social, há uma transferência progressiva para outros setores, privatizando, muitas vezes as ações que caberiam à esfera estatal.

Para nos aproximarmos desse debate, se faz necessário compreender que tais mudanças têm implicações diretas no nosso processo formativo e interventivo. A lógica da



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

flexibilização e da privatização também chega aos espaços acadêmicos de formação. A agenda pactuada, no consenso de Washington em 1986, além de incluir orientações no campo político, econômico e social, destaca a necessidade de formação de mão de obra a partir da transformação de direitos sociais em serviços, e isto inclui a formação universitária que, aprofundando um processo iniciado desde a ditadura militar, tem na privatização de cursos superiores, um excelente nicho de mercado.

A centralidade da formação em serviço social, antes circunscrita a poucas universidades públicas e de base confessional, hoje se depara com uma emersão de faculdades que ofertam a referida formação. Como faculdade, tem seu foco no ensino, afastando o discente da vivência extensionista e da pesquisa. O custo para a implantação do curso de Serviço Social torna-se relativamente barato, visto que investimentos em áreas como laboratórios especializados não se fazem necessários. Como denominamos, é um investimento barato, centrado no professor, quadro e giz, hoje substituídos pelos marcadores de quadro e pela tirania da multimídia que afasta a produção de um conhecimento baseado na leitura, reflexão e discussão de textos/livros. Hoje seguimos a mesma lógica de formação pautada numa produção de indivíduos pouco críticos e focados numa formação imagética, cujos roteiros de slides apresentam-se como substitutos para a pseudo compreensão de textos complexos.

Não bastasse o processo de privatização dos cursos de Serviço Social, atualmente nos deparamos com a modalidade desta formação em EAD, cujas implicações formativas e interventivas são claramente denunciadas pelos órgãos da categoria, como ABEPSS/CFESS/CRESS, sinalizando que tal processo apenas colabora para a lógica volátil em que a formação aligeirada, sem conexão com a realidade, na vivência acadêmica pautada em apostilas e não em livros-base vem proporcionando profissionais sem visão crítica e calcada numa formação cuja racionalidade formal é imperante, voltada para dar respostas imediatistas às demandas que lhe chegam.

Na proposta EAD, a formação visa, acima de tudo, a excelência do critério da eficiência no mundo burguês globalizado. Sendo assim, a formação massificada vem atender à realidade da produção com baixo custo. O que encobre, com tal manobra, não só a formação dos discentes, mas a ideia para os docentes de que tal expansão retrata aumento do campo de trabalho. O aumento, em números absolutos, é um fato, contudo, expressa também um processo de precarização do trabalho docente, visto que a contratação dos mesmos, com maior capacitação, ocorre em princípio no momento de implantação da proposta, cabendo posteriormente à contratação de mestres em número reduzido e de tutores que podem ter qualquer formação universitária. (RONDON, 2015, p. 70).

As transformações do mundo do trabalho não deixam de fora o assistente social e sua condição também precarizada de atuação, que se expressam nos cortes dos gastos sociais, influenciando diretamente nas políticas públicas, elemento de mediação entre Estado/capital/assistente social e usuários; na precarização dos postos de trabalho; e, não poderia deixar de fora, a formação técnica deficitária que leva hoje os assistentes atuarem precariamente como exímios selecionadores de misérias.

No campo teórico tal debate tem se expressado na produção profícua de teóricos como Netto (1996); Mota (2014); Yazbek (2012), Iamamoto (1997), mas também na produção de novos intelectuais que, voltando aos clássicos, vêm retomando a discussão, como Pimentel (2014); Santos (2012); Teixeira e Alencar (2011) e Braz (2012), dentre outros que, no retroalimentamento com a necessidade de trazer para o presente a visão crítica marxista/marxiana, passam a compreender o real concreto e traçam perspectiva de intervenção, saindo da compreensão fatalista de que o mundo é do mercado e que nada podemos fazer.



3 CONCLUSÃO

Neste sentido, repensar o cotidiano, a partir das suas singularidade que são trazidas pelas demandas dos usuários em saúde, em educação, no bolsa família, na habitação, associando a uma dimensão de totalidade, para que possamos, na nossa atuação particularizada, atender às necessidades reais e concretas, tomando como parâmetro a proposição política do projeto ético de democratização, esta compreendida na sua dupla dimensão: a socialização do conhecimento e dos serviços e a socialização da riqueza socialmente produzida, apresenta-se como um desafio cotidiano e permanente para aqueles que tomaram o Serviço Social como caminho de formação e a atuação profissional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Texeira de, ALENCAR, Monica Maria Torres. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho**. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xama, 1996.
- FALEIROS, Vicente. **Os desafios do serviço social na era da globalização**. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 61, p. 153-187, 1999.
- _____. **Serviço Social: questões presentes para o futuro**. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.
- HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez. 1997.
- _____. **A questão Social no Capitalismo**. Temporalis. Ano 2, n 3 (jan/jun. 2001). Brasília: ABEPESS, Grafile, 2001.
- _____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6 ed São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis. Ano 2, n 3 (jan/jun. 2001). Brasília: ABEPESS, Grafile, 2001.
- MESZAROS, Istvan. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MOTA, Ana Elisabete, AMARAL, Angela. **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: pelepas, cenários e desafios**. Recife Editora da UFPE, 2014



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “ Questão Social”**. Temporalis. Ano 2, n 3 (jan/jun. 2001). Brasília:ABEPESS, Grafile, 2001.

_____.BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8 ed Coleção Biblioteca Básica. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”?** raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

RONDON, Alcoforado S. Elizabeth, et al (Orgs) **Jornada NE de Serviço Social**: Serviço Social, Trabalho, Luta e Resistência em Tempos de Barbárie.Recife; Tarcísio Pereira Editor, 2015.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova Questão Social**: repensando o Estado-Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Josiane. **Questão Social**: particularidades no Brasil. Coleção Biblioteca Básica. São Paulo: Cortez, 2012.

SEGABIZANNI, Catia. **A categoria trabalho na sociedade capitalista**. Caderno de Serviço Social, ISSN 1415-1650, N. 32-33, 2008, p 7-26

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos Cuiabá: UFMT, 2008.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.110, pp. 288-32

_____. **Pobreza e Exclusão Social**: expressões da Questão Social no Brasil. Temporalis. Ano 2, n 3 (jan/jun. 2001). Brasília:ABEPESS, Grafile, 2001.